



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

LEI N° 156/02

De 20 de Dezembro de 2002.

Da nova redação à
Lei Municipal n.º 125/99
de 27/12/1999, que estabelece
a Política Municipal dos
Direitos Da Criança e do
Adolescente.

O Prefeito Municipal de Mâncio Lima, Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei da nova redação a Lei Municipal n.º 125/99 de 27/12/1999, que estabelece a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, e das normas para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Mâncio Lima, será feito através da política sociais básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização e outros, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade, respeito, liberdade e a convivência familiar comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitam será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo Único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no município sem prévia manifestação do conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Fica criado no Município, o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico Psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade, e opressão.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

Art. 5º - Fica criado no município, o Serviço de Identificação e Localização de pais, responsáveis, crianças e adolescente desaparecidos.

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expandir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados nos termos do artigo 4º e 5º da presente lei.

TÍTULO II
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º - A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I** - Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente;
- II** - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I
CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 8º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente como órgão normativo, deliberativo, controlador, e fiscalizador da Política Municipal de atendimento às Crianças e Adolescente, na forma da Lei Orgânica Municipal, artigo 159, e da Lei Federal 8.069/90, art. 88, II.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Formular a política Municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para o desenvolvimento, a consecução das ações, a captação, e a ampliação dos recursos;

II – Zelar pela a execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescente, de sua família, de seus grupos de vizinhanças, de bairros ,e zonas em que se localizam;

III – Formular prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV – Estabelecer critérios, forma e meio de fiscalização de tudo quanto se executa no município, que possa afetar as suas deliberações;

V – Registrar as entidades governamentais e não – governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de:

- a- Orientação e apoio sócio- familiar;
- b- Apoio sócio – educativo em meio aberto;
- c- Colocação sócio- familiar;
- d- Abrigo;
- e- Liberdade assistida;
- f- Semi liberdade;
- g- Internação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

VI – Proceder a inscrição dos programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não- governamentais, na forma dos artigos 90e 91 da Lei n.º 8.069/90;

VII – Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar as providências cabíveis para a eleição dos membros do Conselho Tutelar;

VIII – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses prevista nesta lei;

IX – Gerir o fundo municipal, alocando recursos e repassando verbas para as entidades não – governamentais e governamentais que operam no município, fazendo as normas constantes do mesmo estatuto;

X – Elaborar e/ ou modificar seu regimento interno.

XI – Fiscalizar externamente a atuação dos membros do CONSELHO TUTELAR, controlando a efetividade, cumprimento de suas obrigações e observância das vedações;

Parágrafo Único – O CMDCA, baixará, na forma de seu Regimento Interno, provimentos, resoluções, portarias ou ordens de serviços necessários ao desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO III

**DOS MEMBROS E DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Art. 10º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão paritário, será composto de 08 (oito) membros, sendo:

I – 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

Art. 16º- Compete ao Conselho Tutelar, zelar pelo atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O CONSELHO TUTELAR, na forma das resoluções que venham a ser expedidas pelo CMDCA, orientará a população sobre os direitos e deveres das crianças, adolescentes, famílias e comunidades, proferindo palestras e realizando reuniões;

§ 2º - O CONSELHO TUTELAR funcionará de Segunda à sexta-feira, em sua sede, cumprindo expediente semanal de atendimento ao público, com no mínimo 40 horas semanais, presentes no mínimo ,02 (dois) Conselheiros;

a - Fora destes horários, mediante escala de plantão afixada na sede do Conselho Tutelar;

b - Semanalmente reunir-se-á o Colegiado em sessões, com no mínimo 03 (três) Conselheiros, para avaliação e ratificação do atendimento individualizado que tenha sido prestado pelos Conselheiros;

§ 3º- As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria dos votos dos Conselheiros presentes e na forma de seu Regimento Interno;

§ 4º- O Coordenador, Vice- coordenador e o Secretário do Conselho Tutelar, com mandato de 01 (um) ano, serão escolhidos por seus pares, logo na primeira reunião;

§ 5º - O Conselho tutelar manterá uma Secretaria Geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando - se de instalações e funcionários municipais designados pela Administração Municipal;

§ 6º - Aos Conselheiros Tutelares, individualmente, incumbe:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

II - 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da secretaria Municipal de Saúde;

III- 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da Secretaria Municipal de Ação social;

IV- 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da Câmara Municipal de Mancio Lima;

V- 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da ~~RCC- Renovação Carismática Católica~~; *igrejas,*

VI- 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante do ~~PESACRE~~. *ONG's*

VII- 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da Pastoral da Criança;

VIII- 01 (um) membro titular e seu respectivo suplente, representante da UMAB- União Municipal das Associações de Bairros.

§ 1º - Os membros do CMDCA e seus suplentes exercerão o mandato enquanto credenciados pelos órgãos ou entidades de origem;

"a"- No caso de alguma entidade ou órgão se retirar do CMDCA, será indicado outro para lhe substituir, e cuja inclusão receba voto favorável de 2/3 dos conselheiros presentes.

§ 2º - Pela mesma forma prevista no parágrafo anterior, o número de integrantes do CMDCA poderá ser aumentado ou diminuído, assegurada a participação paritária.

Art. 11º - A função do membro CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo Único - O mandato, a vacância e a forma de substituição dos conselheiros serão regulamentados através do Regimento Interno do Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

SEÇÃO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE

Art. 12º- Fica criado um Fundo Municipal, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador dos recursos a serem utilizados na política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, preconizada na Lei Federal 8.069/90. Artigo 136.

§ 1º- Os recursos alocados serão gerados pelo CMDCA, e administrados pelo setor Municipal de Finanças, segundo os Planos de Ação e aplicação elaborados pelo CMDCA e aprovados na legislação orçamentária de cada ano;

§ 2º- Será encaminhado ao CMDCA, pela a Secretaria Municipal da Fazenda, o relatório mensal do acompanhamento e avaliação do Plano de Aplicação;

§ 3º- Os recursos do Fundo são oriundos:

“a” – Dotação consignada anualmente no orçamento municipal e verbas adicionais autorizada por lei e aberto por decreto do executivo;

“b” – Transferência de recurso financeiro oriundos do CONANDA e do CEDCA;

“c” – Doações por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais; governamentais ou não governamentais;

“d” - Valores provenientes de multas e penalidades com ações civis prevista na Lei nº 8.069/90;

“e”- Recursos advindos de convênios firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais, municipais, para repasse a entidades executoras de programas integrantes do Plano de Ampliação;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

§ 4º - Os recursos financeiros destinados ao FUNDO, através da Fazenda Municipal, serão a ele repassados mensalmente;

§ 5º - Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária ou de Créditos Adicionais, o Operador do FUNDO apresentará ao CMDCA, o quadro de aplicação dos recursos destinados ao FUNDO para apoiar os programas e projetos no Plano de Aplicação;

§ 6º - A execução orçamentária da receita processar-se-á através de seus produtos nas fontes determinadas nesta lei, art. 12 parágrafo 3º e será depositada e movimentada através da rede bancária oficial.

CAPITULO III
CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO
CONSELHO TUTELAR

Art. 13º - Fica criado o CONSELHO TUTELAR dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Lei 8.069/90, órgão permanente e autônomo, à ser instalado por Resolução expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA
DO CONSELHO TUTELAR

Art. 14º - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição, conforme estabelece a Lei 8.069/90.

Art. 15º - Além dos 05 (cinco) conselheiros eleitos, haverá 05 (cinco) suplentes que serão, depois dos eleitos, os mais votados.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

- a** - exercer, diligentemente, suas atribuições;
- b** - prestar atendimento ao público, cumprindo os horários estabelecidos;
- c** - comparecer com regularidade às sessões do Conselho Tutelar
- d** - manter conduta compatível com o cargo que ocupa;

§ 7º - É vedado aos Conselheiros Tutelares:

- a** - receber, a qualquer título, gratificações ou honorários congêneres no exercício de sua função no Conselho Tutelar, exceto os estímulos legais;
- b** - exercer mandato público eletivo ou candidatar-se para tal, sem que venha exonerar-se do Conselho Tutelar;
- c** - Divulgar, por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança, o adolescente ou sua família, salvo se legalmente autorizado;
- d** - Exercer a advocacia na Justiça da Infância e da Juventude, na Comarca, relativamente a casos ou situações do município a que pertence este CONSELHO TUTELAR;
- e** - Descumprir seus deveres ou deles negligenciar;
- f** - Recusar - se, injustificadamente, a prestar atendimento;
- g** - Aplicar medida de proteção ao *referendum do colegiado do conselho Tutelar*;
- h** - Abandonar o cargo;
- i** - Ser condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso ou que envolva fato cuja ação ou omissão implique em desconsideração aos princípios que norteiam a atuação como Conselheiro tutelar.

SEÇÃO III
DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 17º - São requisitos para candidatar-se à exercer as funções de membros do Conselho Tutelar:



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANCIO LIMA

- I-** Reconhecida idoneidade moral;
- II-** Idade superior a 21 anos;
- III-** Residir no Município, há pelo menos 02 (dois) anos;
- IV-** Reconhecida disponibilidade e interesse pela defesa ou atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V-** Que tenha a escolaridade mínima de 2º grau, ou 1º grau completo, neste último caso desde que tenha atuado por mais de 02 (dois) anos no atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 18º - O processo eleitoral será na forma do pleito restrito.

§ 1º- Além do cidadão comum acima citado, cada entidade governamental ou não- governamental, com programas devidamente registrados no CMDCA, poderá indicar até 03 (três) candidatos;

§ 2º - O eleitorado representará a sociedade. Assim todas as entidades governamental ou não – governamental, poderão credenciar até 05 (cinco) eleitores;

§ 3º - O candidato deverá ter no mínimo 80% de frequência no curso preparatório, cuja carga horária não será inferior a 16 horas.

Art. 19º - O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do adolescente, através de resolução, regulamentará o processo de eleição para a escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º – A resolução deverá contemplar além dos aspectos básicos referentes ao processo eleitoral, a realização, antes da eleição, de treinamento básico dos candidatos a conselheiros, e com aplicação final de avaliação.

a - O candidato deverá obter no mínimo 50% de acertos na avaliação final;

b - Os resultados das avaliações não será divulgados, entretanto, permanecerão com a Comissão Eleitoral para consulta de qualquer eleitor ou cidadão.